

Prefácio



Origens do Republicanismo Moderno é um marco na historiografia brasileira sobre o humanismo e sobre o pensamento político em inícios da Modernidade. Antes dele, eram mais volumosos por aqui os estudos sobre o humanismo do Norte, sobretudo no que tange a pensadores como Erasmo de Rotterdam, Thomas Morus, Michel de Montaigne, François Rabelais e a temáticas relacionadas às utopias, reformas e o neoplatonismo na Renascença. A partir da publicação da sua primeira edição, em 2001, há exatos 20 anos, formou-se rapidamente uma nova geração de pesquisadores que puderam ter acesso às discussões teóricas sobre o tema e também puderam ler, pela primeira vez em português, fontes importantíssimas do *Quattrocento* italiano como o *Familiarum Rerum*, de Petrarca, a *Invectiva contra Antonio Loschi de Vicenza*, de Coluccio Salutati, o *Diálogo para Pier Paolo Vergerio*, de Leonardo Bruni, a *Carta para Leonardo Bruni*, de Poggio Bracciolini, e *O Destino e a Fortuna*, de Leon Battista Alberti. Reunidas num valoroso apêndice, nestas obras encontramos a chave para a interpretação da ascensão da *vita activa* sobre a *vita contemplativa*, a defesa apaixonada da república, da liberdade e do autogoverno, a importância de uma nova formação humanista, voltada para os antigos e em clara oposição à escolástica e, em linhas gerais, dirigida à construção de um ideal educacional que sustentasse as bases republicanas construídas em Florença desde inícios do século XII. Apesar desse passado republicano recente, textos como o do chanceler Salutati reivindicam para Florença a herança direta da república romana de ideais, de valores como a participação cívica e da própria forma de governo que é constituída desde a fundação da cidade.

De tamanha relevância e com uma linguagem acessível, em poucos anos o livro escrito pelo filósofo mineiro, Newton Bignotto, esgotou

nas prateleiras e em *sites* de busca, tornando-se praticamente um item de colecionador. Tão difícil de encontrar fora de Belo Horizonte quanto os queijos da Canastra e do Serro, a reedição desta belíssima obra se fazia há tempos muito necessária.

Em inícios dos anos 2000, no Brasil, além da edição do *Origens*, pela editora UFMG, também foram lançados alguns trabalhos como: *Pensar a República* (organizado por Sergio Cardoso, 2000), o *Retorno do Republicanismo* (2004) e *Matrizes do Republicanismo* (2013), sendo os dois últimos organizados por Bignotto, autor que possui outras tantas publicações sobre a temática humanista e anti-humanista. Destacamos, em especial, o seu *Maquiavel republicano* (1991) e *As aventuras da virtude* (2010). A partir dessa injeção de ânimo nos estudos sobre o republicanismo e da projeção paulatina dos mesmos, a produção nacional ainda pôde contar com vários trabalhos e publicações individuais de outros estudiosos brasileiros. O grupo chamado de “repúblicos” inaugurou uma nova linha de estudos que reunia os estados de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Enfim, o “queijo mineiro” começava a circular por outras searas e a formar um grande número de novos pesquisadores; uma rede que se mantém ativa e crescente até os dias atuais¹.

De lá para cá foram vários números especiais e coletâneas dedicadas ao tema do republicanismo em inícios do *Quattrocento* e no *Cinquecento*, indicando um rápido crescimento no interesse por essa temática². Contudo, o que é relativamente novo por aqui já é um tema que mobiliza os pesquisadores pelo menos desde os anos 50 do século XX, com a publicação de *The Crisis*, por Hans Baron, em 1955. Sendo partidário das teses de Baron, sobretudo em defesa da *vita activa* e da ideia de ruptura do pensamento político moderno com o medieval, Bignotto se coloca no *Origens* contra uma gama de autores como P. O. Kristeller, Paolo Viti, J.M. Blythe, James Hankins, Jerrod Seigel e Quentin Skinner. Essa escolha interpretativa (polêmica até hoje³) marcou um território importante nos idos de 2000, quando não existia muita clareza sobre este debate, tanto aqui quanto lá fora. Logo na primeira parte do *Origens*, Bignotto

¹ Como são muitos os pesquisadores, destaco apenas aqueles que participam ou participaram do GT da ANPOF, Ética e Política na Filosofia do Renascimento, onde, desde os anos 2000, é estimulado o debate em torno das questões republicanas.

² Apenas para citar algumas publicações na área nos últimos anos, destaco o volume 27, sobre a Filosofia do Renascimento, da Revista *O que nos faz pensar* (2010); o *Matrizes do Republicanismo Moderno* (2013); o Dossiê Renascimento Italiano, publicado pela *Revista Crítica Histórica* (2015); o livro *Política, Filosofia e Cosmologia: Ensaios sobre o Renascimento* (2017), e o dossiê Pensamento Político na Renascença, publicado pela *Revista Figura* (2019).

³ Ver, sobretudo, o livro organizado por James Hankins contra as teses de Baron. Cf. *Renaissance Civic Humanism: reappraisals and reflections*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Para o historiador, as interpretações modernas dos textos de Salutati e Bruni não levam em conta as convenções retóricas estabelecidas naquele período (HANKINS, 2000, p. 145) e, muito menos, partem de uma contextualização do conjunto das obras destes autores (idem, p. 169-170).

nos mostra total controle desta discussão, recorrendo às fontes primárias para justificar suas críticas e ousadas incursões.

Mas, ao decidir-se pela ruptura, o filósofo não assume uma posição radical e aponta, em alguns momentos, que o *humanismo cívico* mantém algumas continuidades com o período medieval, sobretudo em sua gestação inicial e em autores como Salutati. Newton mostra esta tensão quando nos apresenta o *De Tyranno*, de autoria deste chanceler que ocupou o cargo entre 1375 e 1406, e que foi, juntamente com Leonardo Bruni, um dos grandes expoentes do humanismo cívico. Ao tomar o mesmo partido de Dante, ou seja, ao condenar Brutus, o humanista mantém certa distância da tradição republicana, pois Brutus – o grande herói – deveria ser absolvido e não culpabilizado como fora, por agir contra a lei. Nesse sentido, como destaca Bignotto, Dante era coerente ao condená-lo, pois ele “sempre foi um defensor do Império como melhor forma de governo. O desafio era fazer ao mesmo tempo a crítica da sua postura e fornecer uma explicação convincente para César, que não parecia se encaixar no modelo do tirano da Antiguidade” (p. 118).

É apenas em Bruni que encontramos um programa completo de defesa e retomada das ideias republicanas que circunscrevem, por exemplo, a temática da *vita activa* e que está numa clara interlocução com aquilo que foi postulado por Cícero, em obras como *Dos Deveres*. Assim, a *vita activa* tornou-se um termo amplamente utilizado pelo fato de que os cidadãos de Florença agiam publicamente em defesa de sua cidade, particularmente, quando ameaçada por potências estrangeiras.

A oposição entre *vita activa* e *vita contemplativa* (debatida amplamente no capítulo 3 da obra) aponta para a importância das *ars dictamis* na formação política e retórica da cidadania. Assim, ainda que Salutati se coloque em uma linha intermediária no que tange à ruptura, ressalta-se neste chanceler como a oposição à tirania e a defesa do governo misto já estão presentes desde inícios do humanismo. Além disso, a liberdade da cidade deve estar em compasso direto com aquela do cidadão. Não há dúvidas de que o livro oferece ao público uma concepção de participação política que é forjada num contexto específico e vinculada, sobretudo, às guerras contra Milão em fins do século XIV e inícios do XV, mas o fato é que esta forja marcou toda a tradição republicana para muito além de Maquiavel.

Contudo, é na análise da obra do humanista, chanceler e historiador Leonardo Bruni que a ruptura com o medievo se torna mais visível. Ao olhar com vagar sobre a questão da liberdade republicana, Bignotto se detém na *Laudatio florentinae urbis* (*Elogio da cidade de Florença*), considerada por Baron um dos marcos do humanismo cívico. Na *Laudatio*, Florença é também desenhada como a herdeira de Roma, assim como

fizera antes *Salutati* na *Invectiva* (e antes dele, cronistas como Giovanni Villani, por exemplo). Assim, se os cidadãos florentinos possuem a mesma estirpe dos antigos romanos e o mesmo clamor pela liberdade, nada mais condizente com essa linhagem do que a defesa dos valores republicanos. Importa, neste contexto, reivindicar a soberania da cidade diante do império e contra qualquer forma externa de dominação. Desse modo, o inimigo da cidade não é apenas o exército de Milão, representado pelas ameaças de Gian Galeazzo Visconti, mas ainda o Sacro Império e suas tantas tentativas de reconquista do território. Nesse sentido, a defesa do autogoverno, da liberdade e da participação dos cidadãos se torna tema de extrema relevância. Um dos pontos em que Bruni avança em relação a *Salutati* é a associação que faz entre a herança romana e a capacidade florentina em conquistar novos territórios.

De primeira importância é: os florentinos têm sua origem no povo romano! Que outra nação no mundo inteiro foi mais ilustre, mais poderosa, que mais se destacou em todas as virtudes que a romana? (...) De fato, se buscas nobreza entre os fundadores, não encontrarás ninguém mais nobre no mundo inteiro que o povo Romano. Se procuras riqueza, ninguém mais rico; se procuras grandeza e magnificência, ninguém mais excelente nem mais glorioso; se procuras extensão de domínio, nada do lado de cá do oceano deixou de se curvar às armas e ao poder de Roma. Desse modo, Florentinos, a vós pertence por hereditariedade o direito de domínio sobre todo o orbe terrestre e a posse de tudo que outrora fora de vossos pais. (Bruni, *Laudatio* § 31)⁴

Florença foi fundada, portanto, antes que César ou Antônio viessem a acabar com a liberdade. Esta temática passa a ser um objeto constante do republicanismo florentino – sendo visível no *Diálogo para Pier Paolo Vergerio* e na *História do Povo Florentino* de Bruni e retorna em autores como Maquiavel, Guicciardini e Giannotti. Assim, destaca-se na *Laudatio* a associação entre o argumento da herança romana de Florença e o seu direito de conquista. Se a Florença pertence “por hereditariedade o direito de domínio sobre todo o orbe terrestre e a posse de tudo que outrora fora de vossos pais (Bruni, *Laudatio*, § 31)”, ela também teria o mesmo direito à expansão e conquista de outras cidades; sendo assim, todas as guerras seriam justas porque defenderiam a causa republicana e a reconquista dos territórios perdidos no passado medieval. A escolha de Bruni em alterar o argumento da fundação da cidade lhe permi-

⁴ Para a leitura do texto completo ver: Leonardo Bruni. *Elogio da cidade de Florença* (Tradução, revisão e notas por Alexander de Carvalho e Fabrina M. Pinto). *Revista Morus: Utopia e Renascimento*, v. 11, n. 2, 2016. Dossiê traduções brasileiras de obras do Renascimento (Parte II). Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/292>.

te justificar seja a guerra contra o imperador Henrique VII e a defesa da cidade contra o seu assédio, seja os recentes conflitos iniciados com Milão. Sob a bandeira da liberdade e autogoverno, o humanista acrescenta esse importante ponto no debate: a justa expansão, pois ela ocorre pela defesa ou reconquista de seu próprio território. Assim é forjada na *Laudatio* uma ideia que ganhará cada vez mais amplitude na *História do povo florentino*: a hegemonia justa e quase natural de Florença sobre o resto da Itália.

Também na *Invectiva* a preservação da liberdade é um elemento central: “Veremos, disseste; todavia vês e verás a força mais que romana e a constância do povo florentino na defesa da dulcíssima liberdade, que, como foi dito, é um bem celeste que supera toda riqueza do mundo (p. 196)”, diz Salutati. Questões como estas marcarão o pensamento político em inícios da modernidade e se afastam, portanto, do modo com que as narrativas sobre as cidades eram pensadas no medievo. Agora, com a formação humanista em vigor, há um apreço maior pelos antigos, sua leitura é crítica e contextualizada e suas versões sobre a história de Roma são tomadas como relatos verdadeiros e indiscutíveis. Um exemplo claro é o uso por Salutati e Bruni da *Conjuração de Catilina*, de Salústio, fonte que os ajudam a demarcar a fundação de Florença no período republicano de Roma. Se Bruni quase não faz menção a Salústio na *Laudatio*, na *História* ele segue seu mestre Salutati e mantém os mesmos argumentos do autor romano.

A partir da tradição inaugurada por Petrarca, esses humanistas foram ávidos leitores dos textos clássicos. Bruni foi tradutor de muitos deles, incluindo Platão, Aristóteles, Plutarco, Demóstenes, entre tantos outros. No *Diálogo para Pier Paolo Vergerio*, Salutati faz alusão aos trabalhos de tradução do seu jovem discípulo e amigo, que ele considera extremamente importantes, tendo em vista a raridade dos estudos gregos na época. Estes trabalhos são considerados por ele como uma característica desse projeto humanista não apenas de divulgação das obras, mas da realização de novas traduções pautadas na pureza das línguas e em manter a semântica dos conteúdos. Bruni ousa rivalizar com os tradutores medievais de Aristóteles, notadamente os mais famosos entre eles, Guilherme de Moerbeek e Roberto Grosseteste.

Parte também deste projeto humanista consistia em encontrar integralmente alguns textos ciceronianos e refazê-los para o latim que havia sido perdido, como fizera Poggio Bracciolini ao se encarregar pessoalmente de encontrar o *Da Oratória*. Assim, esta e outras obras como o *Dos Deveres* se tornaram grandes referências para os homens imersos na vida da cidade, como bem aponta o *Vita Civile*, de outro humanista

cívico Matteo Palmieri. Mas não é apenas o agir bem na cidade que lhes interessa; é também falar bem sobre o bem.

A retórica torna-se, portanto, essencial para essa fase inicial do humanismo; tanto para as correspondências entre os chanceleres quanto para a escrita de elogios e investivas, e mesmo para a História. É com domínio pleno desta técnica que Salutati responde a Antonio Loschi, contra quem dirige duras críticas desprezando, veementemente, as suas habilidades de orador, e acusando-o de “ferocíssima besta”, “raivosa e estultíssima besta”. Ao defender Milão, acusar Florença de tirania e ainda por cima afirmar que os florentinos não possuíam nenhuma herança romana, Loschi foi massacrado por Salutati. Ponto a ponto, seus argumentos foram rebatidos e, sobretudo, no que tange à herança romana, o florentino convence o público de sua tese ao indicar que há na cidade um Capitólio, e próximo dele um Fórum; há um anfiteatro, as termas, “há um templo que já foi famoso chamado de Marte, que os gentis acreditavam ser o criador da estirpe romana” (p. 198); há os arcos, as torres redondas, as ruínas do portão (com claro estilo romano, segundo o autor), os vestígios de aquedutos e ainda uma estátua equestre de Marte, situada ao lado da Ponte Vecchio (que, no entanto, não sobreviveu devido às fortes enchentes que destruíram três outras pontes, mas que muitos ainda hoje dela se recordam). Acrescidos a estes vestígios das origens romanas de Florença, outra prova da “veracidade” de seu argumento é respaldada pelas obras de autores romanos. A fonte agora é Salústio, mais precisamente a *Guerra de Catilina* (28. 4), em que já aparece a menção às colônias fundadas por Sila como defesa contra os fiesolanos.

De tal forma que é evidentemente uma tolice colocar em dúvida que Florença tenha sido obra dos romanos. Lê-se em Salústio, historiador veraz, que Catilina enviou ao território de Fiesole um certo Caio Mânlio, para preparar um exército “sublevando na Etrúria o povo descontente com a pobreza e desejoso da novidade por causa da dor causada pelas ofensas sofridas, tendo perdido, sob o domínio de Sila, os campos e todos os bens. E, assim, reunindo bandidos de todos os tipos, dos quais havia uma grande quantidade na região, e também alguns das colônias silanas, cuja desenfreada luxúria havia esbanjado os frutos de grandes rapinias, reuniu um grande exército”... (p. 199)

Salutati fundamenta essa nova versão a respeito da descendência romana e republicana de Florença nessa informação fornecida por Salústio sobre a fundação da cidade pelos veteranos de Sila, entendendo que este marco histórico da ditadura romana por ele empreendida ainda se situa no período republicano. Ele faz, portanto, modificações bastante relevantes tanto no campo metodológico (com uma nova seleção e uso

das fontes, dos materiais e documentos) quanto em relação ao conteúdo, abandonando a versão da fundação cesariana (defendida por Villanni), para estabelecer uma ideia de hereditariedade com a Roma republicana, fazendo de Florença a continuidade do último suspiro republicano da cidade eterna. Assim, estabelece-se uma nova relação entre duas repúblicas por meio da defesa da liberdade. Como recusar e invalidar tais argumentos? A força não apenas retórica desta invectiva vem permeada por uma sólida pesquisa histórica. Expondo Loschi à execração pública, pois não era possível aturar o insulto de alguém que justificava os anseios imperialistas dos milaneses sobre Florença, o chanceler vence retoricamente este debate. Não é possível para estes ardorosos defensores verem alguém tão “ignóbil” – o que não era verdade, porque Loschi era também um humanista - “chamar de escória da Itália aos florentinos, que são a verdadeira e única honra da Itália”.

Permeado de intrigas, acusações, a valorização de uma nova vida na cidade, novos valores humanistas e uma sólida defesa da liberdade republicana, *Origens do Republicanismo Moderno*, além de nos proporcionar um grande prazer de leitura - pois, ressalto novamente, as fontes aqui selecionadas são realmente muito instigantes -, nos impressiona pelo rigor, erudição, clareza, pela coerência metodológica e consagra o seu autor como um dos mais importantes analistas das origens do pensamento político moderno. Assim como as aulas e apresentações de Newton são de uma clareza quase insuportável e com uma irritante erudição (afinal, quem nunca pensou, “como ele consegue fazer isso?”) a sua escrita também segue este mesmo estilo. O autor tem o mérito, como excelente contador de prosa que é, de levar o leitor para discussões teóricas profundas na primeira parte e de analisar com precisão cirúrgica várias obras renascentistas (até então pouquíssimo conhecidas pelos pesquisadores brasileiros) na terceira e quarta parte do livro.

Por isso, Newton, meu muito obrigada! Sem este livro, sem suas palavras, sem esta abertura de caminhos, eu talvez nunca tivesse mudado os rumos da minha pesquisa e me voltado para o Leonardo Bruni. E, de fato, a persuasão retórica dos modernos é por ti muito bem encarnada! Por fim, que esta seja apenas a primeira reedição de muitas dessa obra belíssima.

Fabrina Magalhães Pinto

Professora de História
da Universidade Federal Fluminense